

PROGRAMA

CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

N/Ref.ª:

CP-001-CCP-2024

**Empreitada de requalificação de espaços e oficinas
diretamente relacionados com a prática educativa e
formativa dos CTEs Industrial e de Informática da Escola de
Comércio de Lisboa**

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

Aula de Comércio – Estudos Técnicos e Profissionais, Lda., entidade titular da Escola de Comércio de Lisboa, com sede na R. Vice-Almirante Augusto de Castro Guedes 51, 1800-343 Lisboa – Portugal, NIPC/NIF: 502421053, tel.: 218 540 240, endereço de correio eletrónico: geral@escolacomerciolisboa.pt .

2. DECISÃO DE CONTRATAR

2.1 - A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Gerência da entidade adjudicante, em 17/07/2024, no uso de competência própria [nos termos dos Estatutos e do Código das Sociedades Comerciais].

2.2 - Previamente à decisão de contratar, para efeitos de preparação de candidatura, foi efetuada consulta preliminar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º-A, do CCP, sendo que a informação pertinente resultante da mesma será, caso seja solicitada, disponibilizada, após o termo do prazo de apresentação de propostas, aos concorrentes do procedimento.

3. FUNDAMENTO DA ESCOLHA

A escolha do procedimento por Concurso Público fundamenta-se nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

4. OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a realização da Empreitada de requalificação de espaços e oficinas diretamente relacionados com a prática educativa e formativa dos CTEs Industrial e de Informática da Escola de Comércio de Lisboa de acordo com as condições estabelecidas e constantes no presente Convite, no Caderno de Encargos e respetivos Anexos que o integram sob a classificação do CPV 45000000-7 - Construção / CPV 45453100-8 - Obras de recuperação e 44100000-1 - Materiais de construção e artigos afins – cfr. Regulamento

(CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, de 15 de março de 2008.

5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

5.1 - Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do Convite e do Caderno de Encargos no âmbito do presente procedimento, bem como, a apresentação de uma lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, podem ser solicitados, através da plataforma eletrónica VORTALgov: www.vortal.biz, até às 17h:00 do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

5.2 - Os esclarecimentos e a pronúncia sobre a deteção dos erros e omissões identificados pelos interessados, serão prestados, pelo mesmo meio apresentado no número anterior, até às 17h:00 do dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

6. ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

6.1 - Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;

6.2 - No mais, aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 a 9 do artigo 50.º do CCP.

7. PRAZO APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DA ENTIDADE CONVIDADA

1.As propostas devem ser submetidas eletronicamente até às 17h:30m do 25.º dia a contar da data de envio do anúncio para Diário da República quanto ao presente procedimento, através da plataforma eletrónica <https://pt.vortal.biz/> .

2.Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a submissão das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

3.A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

8. MODO DE APRESENTAÇÃO

8.1 - A proposta é apresentada através da plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito (VORTALgov: www.vortal.biz), sendo que os procedimentos eletrónicos subjacentes garantem a assinatura eletrónica avançada que equivale, para todos os efeitos, ao envio dos mesmos em invólucro opaco e fechado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 104/2002, de 12 de abril.

8.2 - Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

9. DOCUMENTOS A APRESENTAR

Para apresentação da proposta é necessário o preenchimento dos devidos campos na plataforma eletrónica e inserção nos respetivos campos da plataforma eletrónica dos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo **Anexo I** do presente convite [cfr. Anexo I do CCP – “Declaração” (a que se refere a al. a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)], a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Memória descritiva e justificativa de modo de execução dos trabalhos;
- c) Proposta do preço global, em numerário e por extenso;
- d) Preço total e lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho, previstas no projeto de execução em formato pdf e excel (disponibilizamos modelo de exemplo ANEXO III);

- e) Programa de trabalhos, que inclua um plano de trabalhos e respetivo cronograma financeiro, um plano de mão-de-obra e de equipamento;
- f) Plano de pagamentos;
- g) Certidão Permanente do registo comercial atualizada ou código de acesso à mesma;
- h) habilitações contidas nos alvarás ou nos certificados de empreiteiro de obras públicas, ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., nos termos da portaria 372/2017 de 14 de dezembro, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 81.º do CCP;
- i) Plano Prevenção Resíduos Construção e Demolição
- j) Plano Segurança e Saúde

8.3. Os preços são indicados em euros, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado e devem ser apresentados com arredondamento a duas casas decimais.

10. PRAZO DE VALIDADE

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 90 (noventa) dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

11. EXCLUSÃO DA PROPOSTA

A proposta será excluída nos casos previstos no CCP e sempre que não esteja conforme com o previsto neste Convite e no Caderno de Encargos, nomeadamente:

- a) Que tenha sido apresentada depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que não observe as formalidades do modo de apresentação da proposta fixadas no Convite;
- c) Que não apresenta algum dos atributos e documentos solicitados no presente Convite e no Caderno de Encargos.

12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da **proposta economicamente mais vantajosa** para a entidade adjudicante, na modalidade monofactor, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP

1.1 A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar preço mais baixo.

1.2 Se após a aplicação dos critérios de desempate estabelecidos no número anterior persistir o empate entre propostas, a ordenação das mesmas será efetuada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica

13. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

14. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1 - Após análise das propostas, os concorrentes são notificados, através da plataforma eletrónica VORTALgov: www.vortal.biz, do respetivo Relatório Preliminar, para efeitos de audiência prévia, a realizar num prazo de 3 (três) dias úteis.

15.2 - Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas ou a exclusão de propostas não prevista no Relatório Preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão do Relatório Final de Análise das Propostas.

16. NÃO ADJUDICAÇÃO

A entidade adjudicante reserva-se ao direito de não adjudicação ou anulação do presente procedimento adjudicatório, designadamente por necessidade superveniente de alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento ou em função de questões relacionadas com os pressupostos da decisão de contratar.

17. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1 - No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar:

- a) Declaração conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite (Anexo II ao CCP);
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Alvará de empreiteiro de Obras Públicas emitido pelo IMPIC, Instituto dos Mercados Públicos da Construção e do Imobiliário para o efeito.
- d) Certificado válido de habilitação profissional emitido pelo respetivo órgão ou associação profissional do Diretor técnico da empreitada;
- e) Certidão comercial atualizada;
- f) Comprovativo de registo no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo), para cumprimento da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto
- g) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

17.2 - Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital, através da plataforma eletrónica VORTALgov: www.vortal.biz, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

17.3 - A apresentação poderá ser substituída por indicação do endereço internet onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta, nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

17.4 - Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a entidade adjudicante consulte a informação prevista no artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar através da sobredita plataforma eletrónica.

17.5 - Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados em sede de habilitação, será, nos termos do artigo 115.º, n.º 1, al. j), do CCP, concedido um prazo de 2 (dois) dias úteis para a respetiva supressão.

18. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, nos termos dos artigos 86.º e 87.º do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º, n.ºs 1 e 2, do CCP;
- c) Não apresentar quaisquer outros documentos dos referidos no ponto 17 supra.

19. CAUÇÃO

19.1 - Não é exigida a prestação de caução nos termos da al. a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

19.2 - Conforme Cláusula 31.ª do Caderno de Encargos, com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber é deduzido o montante correspondente a 5%.

20. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato a celebrar obedecerá à forma escrita.

21. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1 - Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c) do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

21.2 - Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes,

subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.

21.3 - Os concorrentes têm o direito, em qualquer altura, a solicitar à entidade adjudicante, através de mensagem de correio eletrónico para o endereço indicado no ponto 1. deste convite, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.

21.4 - Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo aquilo que o presente anexo seja omissos aplica-se o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

O Conselho de Administração,

ANEXO I

DECLARAÇÃO – A QUE SE REFERE A ALÍNEA a) DO N.º 1 DO ARTIGO 57º DO CCP

- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo

(3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º,

ANEXO II

A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º DO CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

EXEMPLO DE MODELO DE PROPOSTA, DISPONIBILIZADO EM FICHEIRO INDEPENDENTE

